

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Demonstrações contábeis referente ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2024 e relatório do
auditor independente.

Relatório da Administração

Ribeirão Preto, 26 de fevereiro de 2025 Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

A Diretoria da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. declara, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Diretoria

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor Presidente

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor

Alexandre Pscheidt
Contador
CRC 1SC 026.791/O-5 T SP



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores e Acionistas da
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.
Araras - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Encerramento do contrato de concessão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis, que indica que a Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. deteve a concessão para exploração de suas atividades por aproximadamente 20 anos, cujas operações tiveram continuidade até 3 de junho de 2020. Essa situação indica que a Sociedade entrou em um processo de dormência em função do encerramento do contrato de concessão. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023.

(Valores em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	105	392	Fornecedores	10	52	52
Aplicações financeiras	5	26	-	Obrigações sociais		-	19
Contas a receber - partes relacionadas	11	1.262	1.311	Obrigações fiscais		2	1
Despesas antecipadas		60	69	Imposto de renda e contribuição social sobre lucros a pagar	12	417	1.487
Impostos a recuperar	6	-	2.195	Contas a pagar - partes relacionadas	11	5.909	1.753
Outros créditos		<u>1</u>	<u>450</u>	Cauções contratuais	10	1.335	1.694
Total do ativo circulante		<u>1.454</u>	<u>4.417</u>	Dividendos propostos	11	2.097	6.751
				Juros sobre o capital próprio (JSCP)	11	-	6.231
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		<u>15</u>	<u>28</u>
Impostos a recuperar	6	12.391	7.497	Total do passivo circulante		<u>9.827</u>	<u>18.016</u>
Mútuo e Debêntures a receber - partes relacionadas	11	5.054	253.497				
Despesas antecipadas		125	60	NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.b	705	1.341	Riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	13	<u>1.978</u>	<u>3.810</u>
Depósitos judiciais	13	<u>97</u>	<u>97</u>	Total do passivo não circulante		<u>1.978</u>	<u>3.810</u>
		<u>18.372</u>	<u>262.492</u>	Total do passivo		<u>11.805</u>	<u>21.826</u>
INVESTIMENTOS				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	8	<u>667</u>	<u>667</u>	Capital social	14.a	2.000	98.801
		<u>667</u>	<u>667</u>	Reservas de lucros		400	146.949
Total do ativo não circulante		<u>19.039</u>	<u>263.159</u>	Dividendos adicionais propostos		<u>6.288</u>	
				Total do patrimônio líquido		<u>8.688</u>	<u>245.750</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>20.493</u></u>	<u><u>267.576</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>20.493</u></u>	<u><u>267.576</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023.

(Valores em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	162	140
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(415)	(618)
PREJUÍZO BRUTO		<u>(253)</u>	<u>(478)</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	16	(5.462)	(10.900)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>(358)</u>	<u>40</u>
		<u>(5.820)</u>	<u>(10.860)</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(6.073)</u>	<u>(11.338)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	19.407	34.310
Despesas financeiras	17	<u>(242)</u>	<u>(241)</u>
		<u>19.165</u>	<u>34.069</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>13.092</u>	<u>22.731</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	7.a	(4.071)	(8.426)
Diferidos	7.a	(636)	355
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>8.385</u>	<u>14.660</u>
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	19	<u>0,08262</u>	<u>0,14446</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023.

(Valores em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.385	14.660
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>8.385</u>	<u>14.660</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023.

(Valores em milhares de reais - R\$)

	Capital social			Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva legal	Retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	104.798	(5.997)	98.801	19.760	116.194	-	-	234.755
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	14.660	14.660
Destinações do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(3.665)	(3.665)
Dividendos adicionais propostos não distribuído	-	-	-	-	10.995	-	(10.995)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>104.798</u>	<u>(5.997)</u>	<u>98.801</u>	<u>19.760</u>	<u>127.189</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>245.750</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	104.798	(5.997)	98.801	19.760	127.189	-	-	245.750
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.385	8.385
(Redução) aumento de capital	(102.798)	5.997	(96.801)	-	-	-	-	(96.801)
Destinações do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(19.360)	(127.189)	-	(2.097)	(148.646)
Dividendos adicionais propostos não distribuído	-	-	-	-	-	6.288	(6.288)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>2.000</u>	<u>-</u>	<u>2.000</u>	<u>400</u>	<u>-</u>	<u>6.288</u>	<u>-</u>	<u>8.688</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023.

(Valores em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2024	31.12.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		8.385	14.660
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	8 e 9	162	141
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.a	636	(355)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	11	(19.233)	(33.744)
Constituição de (reversão) provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	13 e 16	(523)	3.394
Atualização monetária de provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	13 e 16	190	193
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber e outros recebíveis - partes relacionadas		49	(209)
Despesas antecipadas		(56)	(3)
Impostos a recuperar		(2.699)	2.400
Outros créditos		449	-
Depósitos judiciais		-	79
Outras contas a receber		-	87
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(4)	(383)
Contas a receber e outros recebíveis - partes relacionadas		5.690	222
Cauções contratuais de fornecedores		(222)	-
Obrigações sociais		(19)	(260)
Obrigações fiscais		6.669	7.484
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.853)	(2.046)
Riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		(1.499)	(2.522)
Outras contas a pagar		(13)	1
Caixa líquido consumido das atividades operacionais		(6.891)	(10.861)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do intangível	18	(296)	(148)
Aplicações financeiras		(26)	47
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(322)	(101)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento empréstimos empresas ligadas - principal	11	2.519	4.275
Recebimento empréstimos empresas ligadas - juros	11	4.407	7.006
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		6.926	11.281
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(287)	319
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		392	73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		105	392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade” ou “Centrovias”) é uma Sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.

No dia 3 de junho de 2020, às 24 horas, a Sociedade realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 08 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 01/2019. No entanto, a Sociedade continuará com as tratativas junto à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP para formalização do encerramento do contrato de concessão. Esse período tem por objetivo a verificação e aprovação das condições de devolução para viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Esse período também objetiva a obtenção de resposta a pleitos referentes a desequilíbrios contratuais ainda não reconhecidos pela ARTESP. Tais desequilíbrios se aceitos, terão contrapartida financeira por parte do Poder Concedente.

Desde o dia 3 de junho de 2020, quando o contrato de concessão encerrou, a Sociedade deixou de operar as rodovias, entrando em um período de dormência.

2. CONCESSÃO

Após o encerramento do contrato de concessão, a Sociedade continua com as tratativas necessárias para viabilizar a entrega definitiva do lote rodoviário ao Poder Concedente.

Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024

Em 10 de janeiro de 2024 foi celebrado o "Acordo Definitivo Coletivo" por meio do Termo Aditivo e Modificativo Definitivo Coletivo nº 01/2024 entre as concessionárias Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., Autovias S.A. (“Autovias”), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”), Vianorte S.A. (“Vianorte”) e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), com a interveniência e anuência da ARTESP.

O Acordo Definitivo Coletivo estabelece, como destaque:

- (i) O encerramento das ações judiciais propostas pelo Poder Concedente, ARTESP, Arteris e pelas concessionárias que discutiam a validade dos TAMs 2006.
- (ii) A preservação, de forma irrevogável e irretroatável, do prazo de vigência estabelecido pelo TAM 2006 para a Intervias.
- (iii) O encontro de contas relativos aos recálculos dos TAMs 2006 gerou os seguintes valores:

	Créditos (débitos) das sociedades (a)	Reequilíbrio por meio de extensão do prazo (b)	Créditos (débitos) remanescentes das sociedades (a+b) (c)	Créditos (débitos) das sociedades (d)	Créditos (débitos) remanescente (c+d) (e)
Centrovias	9.782	-	9.782	(1.990.556)	(1.980.774)
Intervias	2.096.312	(877.955)	1.218.357	1.734.556	2.952.913
Autovias	(11.588)	-	(11.588)	(775.102)	(786.691)
Vianorte	4.637	-	4.637	(616.535)	(611.898)
TOTAL	2.099.143	(877.955)	1.221.188	(1.647.637)	(426.449)

- (a) Crédito líquido em favor da Intervias gerado em razão do encontro de contas relativos aos recálculos do TAM 2006 conforme cláusulas 3.3 a 3.6 do Acordo Definitivo.
- (b) Reequilíbrio mediante extensão de prazo da concessão da Intervias até 31 de dezembro de 2039, nos termos da cláusula 3.7 do Acordo Definitivo e cláusula 7.1.III.a, do Acordo Preliminar firmado em 20 de setembro de 2022, gerando a obrigação de realizar investimentos relacionados à manutenção dos níveis de serviço nos sistemas rodoviários, bem como para a aquisição de veículos, equipamentos e sistemas vinculados à operação. Os valores desses investimentos serão objeto de discussão no decorrer das análises para finalização dos cálculos dos eventos de desequilíbrios.
- (c) Crédito remanescente em favor da Intervias conforme cláusula 4.1 inciso IV do Acordo Definitivo.

- (d) Débito da Intervias com o Poder Concedente gerado em razão do encontro de contas relativos aos recálculos do TAM 2006 conforme cláusula 2.1 do Acordo Definitivo.
- (e) Conforme mencionado na cláusula 4.2, o débito remanescente da Intervias com o Poder Concedente será integralmente quitado quando da conclusão dos cálculos aos eventos de desequilíbrio previstos para ocorrer ao final do ano contratual 28 ou seja, 31 de dezembro de 2028. Não há provisão do débito remanescente uma vez que conforme mencionado no inciso VIII do artigo 1º do TAM 01/2024 existem desequilíbrios pendentes de apuração de valores, que após apurados, a estimativa da Administração e conforme consta na cláusula 4.2, é que sejam superiores aos débitos remanescentes.

Para finalização dos cálculos dos eventos de desequilíbrios a ARTESP criou um grupo de trabalho com representantes de cada diretoria da ARTESP e com a participação de representantes das concessionárias.

A resolução SPI nº 001, de 24 de janeiro de 2024, da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, aprovou a possibilidade do arquivamento dos processos regulatórios com descontos variáveis, de 10% a 30%, nas multas a serem quitadas e o encerramento dos processos de forma não litigiosa, através de pagamento, realização de investimentos, utilização de créditos, ou combinação de modalidades. O Despacho ARTESP de 15 de março de 2024 manifestou opinião favorável a quitação não litigiosa dos processos sancionatórios de penalidade por infração do contrato de concessão. Com base nesses dispositivos mencionados acima, a Sociedade alterou os prognósticos de todos os processos regulatórios para remoto, uma vez que tais processos podem ser abatidos dos créditos regulatórios dentro do escopo do TAM 01/2024.

A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema e manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas ao Acordo Definitivo.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 13.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos

referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS APLICÁVEIS

As políticas contábeis materiais descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A partir de 01 de janeiro de 2024 entrou em vigor o CPC 40 referentes a acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”). A Administração avaliou e concluiu que não há impacto a ser refletido ou demonstrado nas demonstrações contábeis uma vez que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldos de acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”).

Alterações ao CPC 26 que introduziu mudanças na forma de tratamento de passivos circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants*. Tais alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade. A Sociedade deve levar em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32. A Administração avaliou e concluiu que não há impacto a ser refletido ou demonstrado nas demonstrações contábeis uma vez que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há saldos empréstimos e financiamentos.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão

de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.5 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 9. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas a quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação

da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.9 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.10 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.11 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-Over, LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa.

No que se trata de mensuração, as aplicações financeiras são registradas pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.12 Capital Social

O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

4.13 Partes relacionadas, dividendos e juros sobre o capital próprio

As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos da Sociedade.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

4.14 Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas na mensuração inicial a valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos a estimativa de provisão de perdas estimadas. O ajuste a valor presente para efeito de determinação do montante de juros a apropriar com base no método da taxa de juros efetivos, não foi aplicado pela não relevância do impacto nas demonstrações contábeis.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão de perdas estimadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão de perdas estimadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões.

4.15 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. O ajuste a valor presente para efeito de determinação da taxa de juros efetivos não é aplicado nestas obrigações classificadas no curto prazo dada a não relevância do impacto nas demonstrações contábeis.

4.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis.

a) IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Sociedade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Caixa e contas bancárias	10	210
Aplicações financeiras (a)	95	182
Total	105	392
<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Fundos de investimentos (b)	26	-
Total	26	-

(a) Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na média de 99,74% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,64% a.a. em 31 de dezembro de 2023). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-Over e LFT-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

a) Impostos a recuperar

Estão representadas por:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (a) e (b)	10.093	7.497
	10.093	7.497
Programa de Integração Social - PIS (b)	220	209
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (b)	2.078	1.976
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	-	1
Outros	-	9
	2.298	2.195
Total geral	12.391	9.692
Total do circulante	-	2.195
Total do não circulante	12.391	7.497
	12.391	9.692

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures privada com partes relacionadas, referentes aos contratos firmados com a controladora Arteris S.A., antecipação do IRPJ e Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras de curto prazo, que poderão ser compensados ou restituídos em períodos subsequentes.

(b) A Sociedade estima que os créditos fiscais de imposto de renda, contribuição social, serão recuperados através de lucros fiscais futuros originados através da obtenção de receitas financeiras proporcionadas pelos mútuos e debêntures privada com a controladora Arteris S.A. Os créditos de PIS e COFINS poderão ser restituídos através de pedidos de restituição junto a Receita Federal do Brasil - RFB, além da possibilidade de compensação com impostos correntes sobre lucros futuros.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.092	22.731
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(4.451)	(7.729)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(256)	(342)
Total	(4.707)	(8.071)
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>		
Correntes	(4.071)	(8.426)
Diferido	(636)	355
	(4.707)	(8.071)
Alíquota efetiva de impostos	(36%)	(36%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

Não circulante

Diferenças temporárias ativas

Provisão de participação nos lucros
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (*)
Outras provisões
Provisão para perdas estimadas

Base de cálculo diferenças temporárias ativas

Alíquota nominal

Total

Total do imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
31.12.2024	31.12.2023
-	20
1.978	3.810
8	26
87	87
2.073	3.943
34%	34%
705	1.341
705	1.341

Movimentos de resultados e base negativa representados por:

Provisão de participação nos lucros
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (*)
Outras provisões/(reversões)
Provisão para perdas estimadas

Base de cálculo diferenças temporárias ativas

Alíquota nominal

Total

Total do imposto de renda e contribuição social

31.12.2024	31.12.2023
(20)	(113)
(1.832)	1.065
(18)	4
-	87
(1.870)	1.043
34%	34%
(636)	355
(636)	355

(*) Refere-se a provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. Vide nota explicativa nº13.

8. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2023	904	4.120	363	667	42	6.096
Saldo em 31.12.2024	904	4.120	363	667	42	6.096
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(904)	(4.120)	(363)	-	(42)	(5.429)
Saldo em 31.12.2024	(904)	(4.120)	(363)	-	(42)	(5.429)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	667	-	667
Saldo em 31.12.2024	-	-	-	667	-	667
Taxas de depreciação - a.a.	100%	100%	100%	0%	100%	
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2022	904	4.120	363	667	42	6.096
Saldo em 31.12.2023	904	4.120	363	667	42	6.096
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2022	(904)	(4.120)	(363)	-	(42)	(5.429)
Saldo em 31.12.2023	(904)	(4.120)	(363)	-	(42)	(5.429)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	667	-	667
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	667	-	667
Taxas de depreciação - a.a.	100%	100%	100%	0%	100%	

9. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	<i>Software</i>	Total do intangível
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2023	743.601	40.280	9.474	2.935	796.290
Adições	162	-	-	-	162
Saldo em 31.12.2024	743.763	40.280	9.474	2.935	796.452
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2023	(743.601)	(40.280)	(9.474)	(2.935)	(796.290)
Amortização	(162)	-	-	-	(162)
Saldo em 31.12.2024	(743.763)	(40.280)	(9.474)	(2.935)	(796.452)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	-	-	-	-	-
Taxas de amortização - a.a. (d)	100%	100%	100%	100%	
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2022	743.460	40.280	9.474	2.935	796.149
Adições	141	-	-	-	141
Saldo em 31.12.2023	743.601	40.280	9.474	2.935	796.290
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2022	(743.460)	(40.280)	(9.474)	(2.935)	(796.149)
Amortização	(141)	-	-	-	(141)
Saldo em 31.12.2023	(743.601)	(40.280)	(9.474)	(2.935)	(796.290)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	-	-
Taxas de amortização - a.a. (d)	100%	100%	100%	100%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Sociedade.

(d) Os investimentos são amortizados a taxa de 100% devido a Sociedade possuir Propósito Específico (SPE), o contrato de concessão ter encerrado e ser necessário realizar obras de adequações a infraestrutura exigidas pelo Poder Concedente para viabilizar a entrega definitiva do lote rodoviário.

10. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$52 (R\$52 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$1.335 (R\$1.694 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos patrimoniais e as transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<u>Ativo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (a)	827	859
Vianorte S.A. (a)	435	452
Total parte relacionada no ativo circulante	<u>1.262</u>	<u>1.311</u>
<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Mútuos a receber:		
Arteris S.A. (b)	-	106.015
Debêntures a receber:		
Arteris S.A. (d)	5.054	147.482
Total do ativo não circulante	<u>5.054</u>	<u>253.497</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	5.243	1.170
Autovias S.A. (a)	-	32
Intervias S.A. (a)	395	395
Vianorte S.A. (a)	-	17
ViaPaulista S.A. (a)	271	139
Passivos com partes relacionadas circulante	<u>5.909</u>	<u>1.753</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A. (c)	-	6.231
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	<u>-</u>	<u>6.231</u>
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (e)	2.097	6.751
Total dos dividendos a pagar	<u>2.097</u>	<u>6.751</u>
Total do passivo circulante	<u>8.006</u>	<u>14.735</u>

Contas de Resultado:	31.12.2024		31.12.2023	
	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (b) (d)	Despesas gerais (a)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (b) (d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	19.233	(5.607)	33.744	(5.765)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Autovias S.A.	-	-	-	104
Intervias S.A.	-	-	-	(17)
Vianorte S.A.	-	-	-	56
ViaPaulista S.A.	-	(131)	-	(139)
Total	19.233	(5.738)	33.744	(5.761)

(a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris S.A, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da “holding”, com base na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

(b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais *spread* de 1,037% a 1,7% a.a. com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2028, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
10.06.2014	31.12.2028	CDI + 1,40% a.a.	-	-	37.716	80
07.07.2014	31.12.2028	CDI + 1,40% a.a.	-	-	30.000	38.219
			-	-	67.716	38.299

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade recebeu, sobre empréstimo de mútuo com a Arteris S.A, o montante de R\$2.725 sendo R\$2.243 referente ao principal e R\$482 referente a juros, em moeda corrente nacional. O saldo remanescente de R\$65.473 de principal e R\$39.990 de juros (inclui R\$2.173 incorridos no exercício), foi baixado, através da compensação com os valores de dividendos e JCP que a Sociedade tinha a pagar para Arteris S.A conforme quadro da letra “d” abaixo.

(c) Juros sobre o capital próprio a pagar constituídos em exercícios anteriores. O saldo de R\$6.231 existente em 31 de dezembro de 2023 foi integralmente compensado com os saldos de mútuos a receber em 01 de março de 2024.

(d) Refere-se a instrumento particular de escritura da 7ª e 8ª emissões de Debêntures Privadas com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,00% a 1,20% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2028, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	31.12.2024		31.12.2023	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.12.2018	31.12.2028	CDI + 1,20% a.a.	-	-	40.000	18.201
20.09.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	-	-	35.000	13.128
07.10.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	5.041	13	30.000	11.153
			5.041	13	105.000	42.482

Esses valores correspondem às Debêntures Privadas emitidas pela Sociedade junto ao seu controlador, a Arteris S.A. A composição das compensações de mútuos e debêntures realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são demonstradas a seguir:

	31.12.2024		
	Principal	Juros	Total
Mútuos			
Dividendos exercício 2023 distribuídos em 2024 (*)	(57.530)	(39.414)	(96.944)
Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores	(753)	-	(753)
JCP de exercícios anteriores	(6.231)	-	(6.231)
Contas a pagar	(959)	(576)	(1.535)
Compensações totais de mútuos	(65.473)	(39.990)	(105.463)

	31.12.2024		
	Principal	Juros	Total
Debêntures Privadas			
Redução de Capital Social (*)	(80.327)	(22.471)	(102.798)
Dividendos de Reserva Legal (*)	-	(19.360)	(19.360)
Dividendos exercício 2023 distribuídos em 2024 (*)	(19.202)	(11.043)	(30.245)
Compensações totais de debêntures privadas	(99.529)	(52.874)	(152.403)
Total de compensações no exercício	(165.002)	(92.864)	(257.866)

(*) vide nota explicativa nº 14.a e 14.b.

Ativos Circulante e Não Circulante	31.12.2024			31.12.2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	253.497	253.497	-	236.096	236.096
Juros provisionados	-	19.233	19.233	-	33.744	33.744
Amortização/Recebimento de principal	-	(2.519)	(2.519)	-	(4.275)	(4.275)
Pagamento/Recebimento de juros	-	(4.407)	(4.407)	-	(7.006)	(7.006)
IR recuperar	-	(2.884)	(2.884)	-	(5.062)	(5.062)
Compensação / Transferências de saldos Intercompanys	-	(257.866)	(257.866)	-	-	-
Saldo final	-	5.054	5.054	-	253.497	253.497

(e) Dividendo mínimo obrigatório a pagar. O saldo a pagar de R\$6.751 em 31 de dezembro de 2023 foi utilizado para a integralização de capital no valor de R\$ 5.997. O saldo remanescente de R\$ 754 mil foi compensado com os saldos de mútuos que a Sociedade possuía com a controladora Arteris S.A.

Devido ao período de dormência que a Sociedade se encontra, no decorrer dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade não reconheceu remuneração de seus administradores.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas a Diretoria para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda - IRPJ	305	957
Contribuição social - CSLL	112	530
	417	1.487
Demais impostos		
Tributos federais retidos	1	1
Impostos sobre serviços - ISS	1	-
	2	1
Total	419	1.488

13. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2024
Cíveis	1.746	626	(1.039)	(273)	60	1.120
Trabalhistas	156	1.240	(673)	(684)	2	41
Regulatório*	1.748	1.984	(2.508)	(532)	125	817
Fiscal	160	444	(597)	(10)	3	-
Total	3.810	4.294	(4.817)	(1.499)	190	1.978

	31.12.2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2023
Cíveis	803	1.760	(322)	(532)	37	1.746
Trabalhistas	457	923	(547)	(679)	2	156
Regulatório	1.331	2.334	(754)	(1.311)	148	1.748
Fiscal	154	5	(5)	-	6	160
Total	2.745	5.022	(1.628)	(2.522)	193	3.810

*Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 a Sociedade realizou a alteração nos prognósticos dos processos regulatórios devido a inclusão de tais processos na apuração de desequilíbrio contratual no escopo do TAM coletivo nº01/2024.

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras da Sociedade. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos judiciais relativos a ARTESP. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

A Sociedade distribuiu durante o exercício, uma ação no âmbito fiscal visando anular débitos de PIS/COFINS sobre as receitas financeiras referente ao período de 2014 a 2017.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.12.2024	31.12.2023
Cíveis	515	201
Trabalhistas	412	614
Regulatório	-	1.938
Fiscal	15.611	14.093
Total	16.538	18.477

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$97 em 31 de dezembro de 2024 (R\$97 em 31 de dezembro de 2023), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$83 (R\$73 em 31 de dezembro de 2023) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.000 (em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$104.798, R\$98.801 respectivamente) composto por 101.483.834 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 17 de julho de 2024 foi realizada a integralização do saldo do capital a integralizar no montante de R\$5.997 mediante a compensação de parte do saldo de dividendos a pagar existentes em 31 de dezembro de 2023 conforme nota explicativa 11.e.

Em 11 de dezembro de 2024, foi aprovada a redução de capital da Sociedade, por excesso de capital social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, de R\$104.798 para R\$2.000, configurando uma redução de R\$102.798,

mediante a restituição de capital ao acionista da Sociedade, por meio da capitalização dos créditos das debêntures emitidas da Arteris S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 11.d.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Em 11 de dezembro de 2024 foi aprovada a redução de capital social permitindo a realização da reserva legal até o limite de 20% do novo capital social, através da distribuição de dividendos por meio da compensação com debêntures privadas no valor de R\$ 19.360 conforme mencionado na nota explicativa nº 11.d.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o dividendo mínimo obrigatório distribuído foi de R\$2.097 (R\$3.665 em 31 de dezembro de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade distribuiu o valor de R\$127.189 referente ao dividendo adicional proposto do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Deste montante, R\$96.944 foi distribuído através da compensação de mútuos com a Arteris S.A. O saldo remanescente de R\$30.245 foi distribuído através da compensação com debêntures privadas com a Arteris, conforme nota explicativa nº 11.d.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

15. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receita de serviços de construção	162	141
	162	141
Receita bruta	162	141
COFINS	-	(1)
Receita líquida	162	140

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Custos:		
Com pessoal	6	-
Conservação	(4)	(3)
Seguros / Garantias	(93)	(333)
Custos de serviços da construção	(162)	(141)
Depreciação / Amortização	(162)	(141)
Total	(415)	(618)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(4.497)	(4.624)
Serviços de terceiros	(568)	(787)
Manutenção de bens e conservação	(440)	(563)
Consumo	(185)	(221)
Transportes	3	(37)
Seguros/Garantias	(7)	(6)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	523	(3.394)
Comunicação e <i>marketing</i>	(57)	(102)
Publicações legais	(61)	(76)
Multas fiscais	(5)	(819)
Outros	(168)	(271)
Total	<u>(5.462)</u>	<u>(10.900)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	19.233	33.744
Aplicações financeiras	17	66
Créditos fiscais	152	485
Outras receitas	5	15
Total	<u>19.407</u>	<u>34.310</u>

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas financeiras:		
Atualização (reversão) monetária	(190)	(127)
Outras despesas	(52)	(114)
Total	<u>(242)</u>	<u>(241)</u>

18. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e Equivalente de Caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Total das adições de intangível (*)	162	141
	<u>162</u>	<u>141</u>
Aquisição (adições)	(162)	(141)
Fornecedores	4	265
Obrigações fiscais	(1)	-
Cauções contratuais	(137)	(272)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível	<u>(296)</u>	<u>(148)</u>
Fluxo de caixa intangível	(296)	(148)
Total dos fluxos de caixa de intangível	<u>(296)</u>	<u>(148)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições de intangível	(134)	(7)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Outras transações que não envolveram caixa:		
Dividendos propostos e não pagos	<u>2.097</u>	<u>6.751</u>
Compensação de mútuos e debêntures privadas (vide nota explicativa n.º 11.d):		
Dividendos exercício 2023 distribuídos em 2024	(96.944)	-
Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores	(753)	-
JCP de exercícios anteriores	(6.231)	-
Contas a pagar	(1.535)	(3.422)
Redução de Capital Social	(102.798)	-
Dividendos de Reserva Legal	(19.360)	-
Dividendos exercício 2023 distribuídos em 2024	(30.245)	-
Total das compensações com mútuos e debêntures privadas	<u>(257.866)</u>	<u>(3.422)</u>
Total de outras transações que não envolveram caixa	<u>(255.769)</u>	<u>(3.422)</u>

(*) Vide nota explicativa n.º 9.

19. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão de lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	8.385	14.660
Número de ações durante o exercício	<u>101.484</u>	<u>101.484</u>
Lucro por ação	<u>0,08262</u>	<u>0,14446</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	<u>31.12.2024</u>		<u>31.12.2023</u>	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	105	105	392	392
Aplicações financeiras	Nível 2	1	26	26	-	-
Mútuos e Debêntures a receber e outros recebíveis	Nível 2	2	6.316	6.316	254.808	254.808
Outros Créditos	Nível 2	2	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>450</u>	<u>450</u>
			<u>6.448</u>	<u>6.448</u>	<u>255.650</u>	<u>255.650</u>
Passivo						
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	5.909	5.909	7.984	7.984
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	1.387	1.387	1.746	1.746
Dividendos propostos	Nível 2	2	2.097	2.097	6.751	6.751
Outras contas a pagar	Nível 2	2	<u>15</u>	<u>15</u>	<u>28</u>	<u>28</u>
			<u>9.408</u>	<u>9.408</u>	<u>16.509</u>	<u>16.509</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis das debêntures privadas a receber com partes relacionadas, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo Arteris, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

21. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado tais como taxas de juros que irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade não está exposta a riscos de taxas de juros devido a não haver saldos de empréstimos e financiamentos a pagar.

b) Risco de crédito

A Sociedade não está exposta a risco de crédito.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo Arteris.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A avalia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Fluxos de caixa contratuais		
	Valor contábil	Total	3 a 12 meses
Fornecedores e cauções contratuais	1.387	1.387	1.335
Fornecedores partes relacionadas	5.909	5.909	5.909
Outras contas a pagar	15	15	15
	7.311	7.311	7.259

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário.

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira
Diretor

José Ricardo Bernardes Durante
Diretor de Controladoria

Alexandre Pscheidt
Contador Responsável
CRC 1SC 026.791/O-5 T SP